

# Soberania em risco ANCP4

As suspeitas levantadas sobre a ação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) junto às comunidades indígenas, como reflexo da orientação do Conselho Mundial de Igrejas, são de tal gravidade que não podem cair no vazio. Urge serem objeto de rigosa investigação dos órgãos encarregados da segurança nacional, com a suspensão preventiva das atividades desse órgão até que os fatos sejam devidamente esclarecidos, como requer a opinião pública.

Conforme as acusações publicadas pelo matutino O Estado de S. Paulo, o Cimi participa de uma conspiração internacional para limitar a soberania brasileira sobre as terras ocupadas pelos índios. Esse propósito sinistro acobertaria um objetivo ainda mais lesivo ao interesse nacional: impedir a exploração das riquezas minerais em terras indígenas, num favorecimento escandaloso das empresas internacionais concorrentes do Brasil. Pior é que esta seria uma meta de médio prazo, uma vez que a longo prazo, arredada a soberania nacional, aquelas áreas seguramente passariam ao domínio estrangeiro.

Tudo faz crer que as suspeitas são procedentes, tantas as razões de ordem evangelizadora e política que recomendam a abstenção da Igreja em envolvimento com as comunidades indígenas. Em primeiro lugar, o Conselho Indigenista Missionário sustenta que os índios devem ter sua cultura, crenças e tradições preservadas, na condição de etnias diferenciadas da formação antropológica nacional. Depois, prega a necessidade de lhes serem destinadas reservas naturais em seu habitat original — as imensas faixas do

território cobertas por vegetação virgem, principalmente na Amazônia.

Do exame desses dois pontos da atuação do Cimi resultam indicações largamente questionáveis, quanto à honestidade de seus objetivos. Se a Igreja deseja manter os índios em seu estado primitivo, isto é, na plenitude de sua cultura neolítica, nas práticas pagãs de misticismos primários e no culto a seitas politeístas, seguramente não poderá desenvolver qualquer missão evangelizadora. Portanto, sua obstinada presença no meio silvícola há de ser explicada por outras razões. E é justamente daí que nascem as suspeitas e fortalecem as convicções da opinião de que o Cimi cultiva intenções inconfessáveis, por certo contrárias ao interesse nacional.

Quanto à conveniência dessa atuação, sob o ponto de vista da Igreja, nada pode explicá-la, apesar da nota exaustiva emitida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. E isto porque, se inexistente ou é impossível o objetivo evangélico de conversão cristã, a presença do Cimi entre os índios só serve para criar atritos desgastantes para a hierarquia católica. E, assim, politicamente não recomendável.

No que diz respeito ao isolamento dos índios em reservas intocáveis, conforme a ardente pregação do Cimi principalmente nas fronteiras amazônicas as suspeitas se enraizam mais profundamente no solo da opinião pública. Há aqui, também, dois aspectos a serem considerados. O primeiro se associa a uma idéia exdrúxula, anticristã, desumana a de condenar as sociedades indígenas a vi-

verem eternamente na periferia da História, como primatas indignos da civilização. Com toda certeza esta pode ser a noção cultivada pelo Cimi como ideal para os índios, mas dela não partilha a Igreja mais lúcida e menos temporal, na qual se alinham o Papa e a maioria dos dirigentes episcopais, como o Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão. O segundo aspecto se relaciona com a intocabilidade das terras ocupadas pelos índios, ainda segundo ponto de vista do Cimi. Aí reside um propósito nitidamente contrário ao interesse do País e das próprias comunidades silvícolas. As riquezas minerais, onde quer que estejam, devem ser objeto de exploração pelas empresas nacionais concessionárias ou autorizadas a realizar essas atividades econômicas, com a participação dos índios nos resultados financeiros.

As suspeitas contra o Cimi, portanto, não se explicam apenas em função das denúncias bem fundamentadas feitas pelo diário paulista. Erguem-se a partir de sua própria atuação no meio silvícola, sem uma correspondente missão evangelizadora ou pacificadora que pudesse explicá-la. Avolumam-se na sua ideologia retrógrada e anticristã, segundo a qual os índios não devem integrar-se na civilização do Século XX. Agravam-se com a sua obstinação em impedir que os próprios índios tenham acesso às riquezas ocultas em suas terras.

Merece, pois, a total desconfiança da sociedade brasileira. E uma rigorosa investigação sobre suas atividades. Afinal, é a soberania nacional que está em jogo.